

o militante socialista

Publicação Mensal

**EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DE ABRIL!**



Trabalhadores e povos não se calam. Dezenas e dezenas de manifestações, de comícios e concentrações de apoio ao povo palestino continuam em todo o mundo. Na Grécia, em Portugal, no Líbano, na Inglaterra, na Irlanda, na Noruega, na Austrália, em Marrocos, em França, nos EUA, na Alemanha... Na foto o desfile de Rabat, a 11 de Fevereiro



**“BASTA DE LUCROS MILIONÁRIOS À CUSTA DA PRODUÇÃO”
“O NOSSO FIM É A VOSSA FOME”**

**O TERRENO “MINADO” DAS
LEGISLATIVAS ANTECIPADAS**

PAG. 2 E 3

**A LUTA DOS AGRICULTORES
EM TODA A EUROPA**

PAG. 6 E 7

**APELO INTERNACIONAL DE PARLAMENTARES
PELO FIM DO MASSACRE EM GAZA**

PAG. 12

Carta aberta a todos os que se reclamam das conquistas de Abril

Durante os últimos 8 anos, e sobretudo no período em que o PS governou assente numa maioria absoluta de deputados – mesmo se tomou algumas medidas positivas (restabelecimento dos períodos de férias, dos feriados, do horário de trabalho de 35h na Administração Pública, ou então em relação às creches e jardins-de-infância, e aos passes sociais, ...) – o Governo recusou reverter os golpes estruturais feitos pelos governos anteriores, em particular os realizados durante a vigência da Troika. Todos sabemos que a situação era, e é, muito difícil em Portugal e no resto do mundo. Mas o PS desperdiçou o capital de esperança e de confiança de milhões de trabalhadores e de jovens determinados a tomar em mãos a reconstrução do país. Para o fazer, o PS tinha de romper com a subordinação ao capital financeiro e aos grandes grupos económicos, começando por revogar as leis antilaborais do governo PSD-CDS, bem como as leis antihabitação que estão na base da expulsão de muitos milhares de pessoas do centro das grandes cidades. Tinha que se apoiar nos trabalhadores e nas suas organizações, em vez de lhes fechar a porta, ao ponto de responder: *«Ou os professores ou o meu Governo»*. O Governo do PS recusou responder positivamente às legítimas exigências plasmadas, de forma sistemática, nos cadernos reivindicativos das grandes organizações sindicais (da Saúde, da Educação, ...). Jamais deixando de cumprir as regras decididas em Bruxelas – e contando com o apoio do Presidente da República e das restantes forças da Direita – o

Governo do PS permitiu que os grandes grupos económicos e o sector bancário tirassem partido da situação internacional, através da inflação, para assim fazer baixar o valor real dos salários, com as consequências que toda a população sente. Muitos militantes diziam: *“Como é possível que o Governo do PS esteja a fazer uma coisa destas? Está a fazer a política da Direita, e assim abre as portas a um governo da Direita. Só nos resta a mobilização e a luta.”* Para responder à situação criada, os trabalhadores e as populações tomaram nas suas mãos o combate para travar este processo, nomeadamente ao nível dos salários e das condições de trabalho. Tratou-se de mobilizações muito importantes, pois impediram e/ou travaram a implementação de medidas estruturais que desfigurariam ainda mais o nosso país. Constitui um exemplo paradigmático a luta dos professores que impediu a municipalização da Escola Pública. O receio da crescente mobilização da população trabalhadora levou as instituições do Sistema capitalista a agir, através do Presidente da República, para matar dois coelhos com a mesma cajadada: 1) dissolver a Assembleia da República, onde havia uma maioria absoluta de deputados do PS; 2) procurar interromper os processos de mobilização dos trabalhadores e das populações, canalizando o seu descontentamento para o terreno eleitoral (terreno no qual os partidos que representam directamente o capital financeiro têm clara vantagem, porque dominam os órgãos da Comunicação Social e podem explorar as consequências da política do Governo, traduzidas num profundo e legítimo descontentamento de

diversos sectores da população).

SERÁ SUFICIENTE CONHECER AS PROPOSTAS DAS FORÇAS POLÍTICAS E “VOTAR BEM” NO DIA 10 DE MARÇO?

A experiência das consequências das políticas dos diversos governos leva trabalhadores a questionarem-se: *“Será que vale a pena votar? Em quem votar?”*.

Num clima de intoxicação intencionalmente alimentado, muitos irão votar de acordo com o imediatismo.

Enquanto outros, apesar de muito descontentes e frustrados com as políticas do Governo, afirmam: *«Se a direita ficar em maioria, a luta será ainda mais difícil. Até parece que o Governo do PS quer isso, ao recusar responder aos médicos, aos professores ou aos polícias»*.

E há também milhares de militantes, que jamais abandonaram a luta organizada para impor a defesa e/ou a retoma de todas as conquistas do 25 de Abril, a concluir que não se pode parar com os processos de mobilização no próprio terreno das eleições. Citemos, por exemplo: no recente Congresso dos Jornalistas foi aprovada, por unanimidade, a realização de uma greve geral (que já não tem lugar neste sector há 40 anos!); ou as manifestações de 27 de Janeiro, em 19 cidades do país, em defesa do Direito à habitação; por outro lado, trabalhadores de várias empresas do sector privado, das Telecomunicações à EDP, desenvolvem greves pelos salários, contra os despedimentos e a precariedade.

«AGORA É QUE SERIA OPORTUNO UNIRMO-NOS TODOS»

Os agricultores não esperaram pelo resultado eleitoral para

ocupar estradas e cidades, aliando-se aos agricultores dos outros países da Europa, para exigir o direito à sobrevivência. E, de repente, apareceram muitos milhões de euros para os tentar desmobilizar, o que o Governo ainda não conseguiu fazer.

A síntese do Programa de acção do próximo Congresso da CGTP afirma: *«É a luta organizada e em unidade dos trabalhadores a garantia da defesa e avanço dos seus direitos e o motor da transformação social que os explorados conquistaram e têm ao seu dispor»*.

Por outro lado, há partidos políticos que, ao dirigir-se aos eleitores, lhes dizem que poderão confiar neles, pois o seu passado de luta na Assembleia da República foi sempre em defesa de propostas e projectos para servir o povo trabalhador, mas eles não foram aprovados já que, na maior parte das vezes, ficaram em minoria.

Então, o que poderá ser feito para que esses projectos e propostas vinguem?

Nós, trabalhadores, não somos indiferentes ao resultado das eleições. Sabemos que a vitória dos partidos que representam directamente o capital financeiro - a Direita - seria um enorme impulso para acabar com todos os direitos e liberdades sociais. Ao mesmo tempo, sabemos pela experiência, em particular destes últimos anos, que uma vitória eleitoral não garante a preservação das conquistas. Por isso, consideramos que devemos juntar-nos para ajudar a organizar uma mobilização unitária, em torno das reivindicações mais básicas: saúde, educação, direitos laborais, não à guerra... para recuperar todas as conquistas de Abril. ■

Ficha Técnica

Tribuna livre impulsionada pela POUS

o militante socialista**Proprietário:** Carmelinda Pereira
NIF: 149281919**Editor:** POUS - Política
Operária de Unidade Socialista
NIPC: 516296671**Sede:** Rua de Sto António
da Glória, 52-B / cave C
1250-217 LISBOAIsenta de registo na ERC, ao abrigo
do Dec. regulamentar 8/99 de 9/6
(artigo 12º, nº 1 a)**Director:** Joaquim Pagarete**Comissão de redacção:**Aires Rodrigues
Carmelinda Pereira
Joaquim Pagarete**Diagramação:** João GomesCopianço
Av. Dom Carlos I 118, 1200-651
Lisboa**Edição:** 100 Exemplares**A nossa história:**

O jornal “O Militante Socialista” nasceu em 1975, sob a responsabilidade de militantes do Partido Socialista (PS), pertencentes às Coordenadoras dos núcleos de empresa, organizados na sua Comissão de Trabalho. Nasceu identificado com os ideais da Revolução do 25 de Abril, do socialismo e da democracia. Esses mesmos ideais continuaram a ser assumidos pela corrente de socialistas afastados do PS, que fundaram o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), em conjunto com a Secção portuguesa da IVª Internacional.

Em continuidade com os ideais que presidiram à publicação dos primeiros “Militantes Socialistas”, a associação Política Operária de Unidade Socialista – na continuidade do POUS – impulsiona actualmente este jornal, como tribuna livre da luta de classes, aberta a todas as correntes e militantes que intervêm democraticamente para defender as conquistas do 25 de Abril. A defesa destas conquistas exige o desenvolvimento de uma acção política totalmente independente das instituições ligadas aos Estados, às religiões ou ao capital – e, por isso, a orientação de “O Militante Socialista” identifica-se com a do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos.

E d i t o r i a l**O que fazer?**

O que poderia ser apenas fruto do imaginário aconteceu: enquanto uma parte dos “senhores do mundo” se reunia em Bruxelas, no Conselho Europeu, para decidir a entrega de mais 50 mil milhões de euros à Ucrânia (não para fazer a paz mas para continuar a guerra), os agricultores desencadearam um movimento – da Alemanha à Península Ibérica – para reconquistar e/ou manter o direito a produzir o leite e o pão para todos os povos da Europa.

Este episódio marcante da história contemporânea do continente europeu tem especificidades próprias de cada país. O que há de comum entre eles é que as suas populações trabalhadoras se defrontam com as consequências da crise de um sistema capitalista moribundo.

No caso português, parece claro que, com estas eleições e para quem as convocou, se procura obter uma nova configuração da Assembleia da República que leve a cabo uma clara ofensiva contra as conquistas de Abril.

A política seguida nos últimos anos de governação do PS – responsável pelo descontentamento e desorientação actual de uma grande parte da população – facilita o retorno da Direita ao poder.

As suas “vozes de sereia” prometem um país a florescer, com respostas para o aumento dos salários, das pensões, respostas para resolver a crise da habitação, etc.

Mas a sua política é a mesma da dos outros governos europeus, acordada em Bruxelas - a política que, por um lado, aposta no investimento nas fábricas para produzir armas e, por outro, no corte nos orçamentos para assegurar as funções sociais do Estado. Trata-se dos direitos conseguidos pelas classes trabalhadoras durante a vaga revolucionária saída da

Segunda Guerra mundial – da Saúde pública à Segurança social – e que, em Portugal, são um produto da Revolução de Abril.

A luta para os defender é travada, em todos os países, juntamente com levantamentos e manifestações para exigir o fim do massacre do povo palestino.

A LIÇÃO DOS AGRICULTORES

O levantamento geral dos agricultores mostra, a todos os trabalhadores, mostraram que é possível construir a unidade, à escala europeia, na base das reivindicações comuns.

Ao mesmo tempo tornaram mais clara uma conclusão já tirada por muita gente: a necessidade de união dos povos – assente na cooperação pela paz e em defesa de tudo o que de positivo a Humanidade já conseguiu atingir.

É responsabilidade das Direcções das organizações das classes trabalhadoras desenvolver acções de unidade com base nessa perspectiva.

Trata-se de uma exigência imperiosa na luta contra a guerra e a exploração, que passa pela mente de muitos militantes de diferentes organizações.

Criar redes que ajudem a desenvolver a discussão política, a tirar conclusões no sentido de realizar acções práticas mobilizadoras e de construção da unidade, procurando integrar as organizações existentes, sem se substituir a elas, é o caminho...

A Carta aberta assinada por vários militantes, dirigida aos defensores do 25 de Abril (ver pg. anterior), bem como a mensagem de saudação ao Congresso da CGTP (a ter lugar a 23 e 24 de Fevereiro), expressando o desejo de uma mobilização em plena campanha eleitoral, para afirmar na rua a defesa das reivindicações que materializam as conquistas de Abril, fazem parte das acções para conseguir tais objectivos.

Carmelinda Pereira

O terreno para onde foi empurrada a mobilização dos trabalhadores

Estamos em plena campanha eleitoral. No caso particular do nosso país e neste momento, as próximas eleições legislativas antecipadas constituem o terreno para onde a luta dos trabalhadores portugueses foi desviada. Um terreno escolhido por toda a Direita, de forma arduosa, com o objectivo de conseguir uma maioria absoluta na Assembleia da República (AR). Ou então, criar as condições para a existência de um Governo do “bloco central”, invocando o espantinho da Extrema-direita.

É claro que, se os objectivos da Direita se concretizarem, eles serão a base para esta poder ir mais longe na ofensiva contra as classes trabalhadoras e as suas conquistas, nomeadamente os serviços públicos. Por isso, não podemos ser indiferentes ao resultado das Legislativas de 10 de Março. Portanto, torna-se imprescindível perceber como se pode agir mesmo neste terreno “minado”.

O que dizem os partidos (ou coligações) de Esquerda concorrentes às eleições?

Dos programas apresentados e dos debates já efectuados entre os seus líderes podemos destacar algumas linhas-de-força e tirar algumas conclusões. Começamos por destacar algumas das suas principais propostas.

PS

O Partido que teve uma maioria absoluta nas últimas eleições legislativas e, agora, tem um novo Secretário-geral afirma:

- É preciso corrigir o que não correu bem com o governo do PS, mas mantendo o Orçamento do Estado que foi aprovado em Novembro passado (negociado com a Comissão Europeia);
- Dentro destas coordenadas, tomar medidas para que as funções sociais do Estado sejam garantidas com qualidade (nomeadamente o SNS, a Escola Pública e a Segurança Social), em resposta aos programas da AD e da IL;
- Ao mesmo tempo que apela ao voto para ter uma maioria na AR, diz não viabilizar o Programa da AD, se esta ganhar as eleições, *“fazendo assim a líderar a oposição”*.

CDU

Esta Coligação eleitoral divulgou um Programa no qual podemos destacar os seguintes pontos:

- Por um lado, enuncia um projecto de reconstrução do país,

para a implementação do qual é necessário a ruptura com as políticas de Direita, a necessidade do fim da subordinação à política decorrente da moeda única e do Pacto de estabilidade, afirmando políticas de cooperação, no quadro da construção na Europa de uma união de povos livres e soberanos;

- Por outro lado, destaca no Programa um conjunto de medidas (aumento dos salários, das pensões,...) – a efectuar de imediato – que exigem a rectificação do Orçamento do Estado que foi aprovado na anterior Legislatura;
- O PCP (o partido hegemónico da CDU) contextualiza toda esta orientação na defesa do 25 de Abril e do que está consignado na Constituição da República, em particular as políticas contra a guerra.

BE

Sob o título “Fazer o que nunca foi feito” a Coordenadora deste Partido destaca do seu Programa eleitoral:

- Portugal precisa de uma alternativa à maioria absoluta do PS e o regresso (ao poder) da Direita;
- Com a clareza do seu Programa, o BE compromete-se com a procura de uma base comum para uma maioria capaz de soluções sobre salários, habitação, saúde e educação;
- O voto no BE garante que

“haverá em Portugal uma maioria comprometida com soluções de esquerda”.

LIVRE

Este Partido afirma na introdução ao seu Programa eleitoral intitulado “Contrato com o futuro”:

- *“A necessidade de entendimento à esquerda em Portugal é evidente, e o Livre apresenta-se a estas eleições com clara abertura para fazer parte e construir essa solução”*;
- Mas os entendimentos não se fazem entre gabinetes e direcções partidárias, fazem-se com a sociedade civil;
- Por isso o Livre propõe aos eleitores que assinem o compromisso com o seu “Contrato com o futuro”.

ALGUMAS CONCLUSÕES

1) Todos estas forças políticas dizem que é necessário derrotar a Direita, no terreno eleitoral. E que, quanto maior for a sua representação no plenário da AR, maior será a possibilidade de aprovação de medidas para resolver os principais problemas do país. Notemos que nem sempre houve este posicionamento.

2) Pedro Nuno Santos e a actual Direcção do PS clarificam os campos: de um lado a Esquerda, do outro a Direita. Uma linha de orientação contrária à de uma grande parte do aparelho do PS que, em nome

da “estabilidade”, defende o “bloco central”. Mas, ao mesmo tempo, não se propõe romper “a linha de continuidade com o Governo anterior”, cuja política foi sempre subordinada às necessidades do capital financeiro / União Europeia.

3) Tanto o BE como o Livre também apresentam um programa eleitoral que, embora com medidas justas, não refere a necessidade de demarcação da União Europeia e das suas políticas.

4) Por outro lado, a CDU não refere a necessidade de uma Plataforma eleitoral comum para derrotar a Direita. Afirma mesmo que o problema são “os conteúdos” e não “as formas”, sendo estes conteúdos para a CDU a concretização de um conjunto de reivindicações, algumas delas imediatas, a pôr em prática pelo próximo Governo.

5) Defender propostas justas, denunciar os objectivos da Direita, afirmar que há dois campos - o da Esquerda e o da Direita - e nada de “blocos centrais”, é justo.

6) Mas falta uma chave determinante: ajudar a impulsionar a frente unida do povo trabalhador, nas ruas de todo o país, para que esta se reflecta de facto no resultado das eleições, impedindo a maioria da AD, IL e Chega. ■

“Fazer o que nunca foi feito”

MS - Como cabeça de lista do BE pelo distrito de Leiria, nas próximas eleições legislativas, quais as linhas mestras que pretende defender na campanha eleitoral e procura implementar, se for eleito?

RH - As prioridades pelas quais o BE se irá bater nas eleições legislativas de 10 de Março aqui no distrito de Leiria, e à semente-lança da realidade e das necessidades do país, passam pela defesa e luta pela paz, o pão, habitação, saúde e educação. A três meses de se comemorar os 50 anos do 25 de Abril, as inquietações cantadas por Sérgio Godinho há cerca de meio século, paradoxalmente, mantêm-se hoje bem actuais. Apesar de uma melhoria do bem-estar da população em relação a 1974, actualmente, verifica-se que estas preocupações se encontram ainda por cumprir, registando-se até uma degradação preocupante na qualidade dos serviços públicos, como é bem aparente na Saúde e na Educação, mas não só. Assiste-se a uma resposta habitacional precária, e salários e pensões baixos com os quais não se consegue viver. Sobrevive-se.

Sobre a crise habitacional, as medidas mais urgentes passam pela imposição de limites à actualização das rendas que tenham em conta o poder de compra, a proibição da venda de casas a não residentes, limitar o alojamento local, garantir que 25% da nova construção é dirigida a habitação acessível e acabar com os benefícios fiscais a residentes não habituais e à especulação.

Na educação, há que dar estabilidade às escolas e, para isso, a primeira condição necessária

.....
ALGO IMPORTANTE PARA QUEM VIVE E TRABALHA NA MARINHA GRANDE É RESPEITAR QUEM TRABALHA POR TURNOS, DE DESGASTE RÁPIDO, E ISSO É CONSEGUIDO COM A ANTECIPAÇÃO DA IDADE DE REFORMA, PERÍODOS MÍNIMOS DE DESCANSO (24 HORAS NA MUDANÇA DE HORÁRIO DE TURNO), SUBSÍDIO DE TURNO E, NO MÍNIMO, 2 FINS-DE-SEMANA DE DESCANSO A CADA SEIS SEMANAS DE TRABALHO.

é a recuperação total do tempo de serviço dos professores. Um programa extraordinário de vinculação de professores precários, um regime de compensação a professores deslocados e o reforço de 125 mil vagas nas creches públicas são outras medidas que nos são caras e importantes.

Precisamos também de um novo mercado de trabalho e, neste novo paradigma, defendemos 35 horas semanais de trabalho, semanas de 4 dias de trabalho, devolver os dias de férias retirados pelos acordos da troika, e mais tempo para os filhos (licença paga de cinco dias por ano). Algo importante para quem vive e trabalha na Marinha Grande é respeitar quem trabalha por turnos, de desgaste rápido, e isso é conseguido com a antecipação da idade de reforma, períodos mínimos de descanso (24 horas na mudança de horário de turno), subsídio de turno e, no mínimo, 2 fins-de-semana de descanso a cada seis semanas de trabalho. Os salários em Portugal são baixos e, acreditando que é preciso um salário digno para uma vida activa e completa, propomos um aumento interca-

lar do salário mínimo nacional (SMN) para 900€ este ano e uma actualização anual que corresponda ao valor da inflação, ao qual acresce 50€.

Portanto, é nossa prioridade dar às pessoas a esperança num futuro melhor e acreditar que é possível ter uma vida boa. Há que romper com o marasmo a que os governos do centro, alternando entre si, nos têm habituado; e o programa do BE, apresentado a 20 de Janeiro, é essa resposta: *“Fazer o que nunca foi feito”*.

MS - Dado o seu envolvimento na área da Saúde e nas lutas em defesa do SNS, quais as medidas prioritárias que entende necessárias para salvar o SNS, na região e no país?

RH - O SNS vive um período de grande fragilidade e se a maior conquista de Abril não for garantida podemos assistir a um colapso mais alargado da estrutura social do país. A luta dos utentes em defesa do SNS tem sido de importância capital neste momento crítico para o SNS, tal como o trabalho desenvolvido pela Comissão de Utentes em Defesa do SAP 24 horas da Marinha Grande, mas também em outros concelhos na região, como a Associação de Utentes de Porto de Mós (UR'GENTE). Muitos dos problemas locais são reflexo da falência das políticas da tutela, onde esta maioria absoluta do PS falhou de forma negligente. Por exemplo, em Castanheira de Pera, um concelho do interior norte do distrito, a totalidade da população, na sua maioria idosa e dependente, não tem médico de família. No espaço de um ano, o número de utentes sem médico de família, na área de abrangência da Unidade Local de Saúde da Região



Rafael Henriques (RH), cabeça de lista do BE pelo distrito de Leiria

de Leiria (ULS RL), duplicou, passando de 61 mil para 118 mil, em Janeiro de 2024. A Marinha Grande segue a mesma tendência, passando de cerca de 6 mil para 13 mil utentes. Os profissionais de saúde precisam de perspectiva de carreira, salários condizentes com a sua responsabilidade, uma desburocratização da sua forma de trabalho e reforço da sua autonomia, pois só assim se consegue atrair e fixar médicos no SNS e garantir médico de família à população. As nossas propostas são claras nessa resposta: majoração do salário de 40% com exclusividade facultativa; aumento de três posições remuneratórias em 2025; e progressões automáticas, sem concursos ou quotas. Para aumentar o acesso dos utentes ao SNS e a cuidados de saúde, propomos programas de saúde oral, psicologia e nutrição, enfermeiro de referência para cada família, técnicos auxiliares de saúde integrados nas equipas de saúde familiar, e comparticipação a 100% de medicamentos para pessoas com um rendimento inferior ao SMN, e de 90% para pessoas com doença crónica ou múltiplas doenças, sem prejuízo de regimes especiais e excepcionais que sejam mais favoráveis.

A revolta dos agricultores em toda a Europa chegou a Portugal

A pesar de no início ter mostrado alguma relutância em o noticiar, a Comunicação Social oficial foi obrigada a fazê-lo, dada a dimensão que tomou o movimento de mobilização dos agricultores alemães, desde o final do ano passado e início deste ano, face à decisão do Governo federal de aplicar medidas de austeridade contra os agricultores.

Como escreve o jornalista Tiago Carrasco, num texto do *Expresso* (de 2/2/2024) com o título «A revolta dos tractores»: “Foi precisamente o anúncio de uma dessas medidas pelo Governo alemão — o corte da subvenção para o gasóleo agrícola — que levou milhares de agricultores enfurecidos a conduzir os seus tractores até Berlim, logo no início do ano. As manifestações paralisaram a capital e levaram a coligação no poder (formada por socialistas, ecologistas e liberais) a recuar. «O movimento começou por estarmos fartos de preconceitos. Muitas pessoas pensam que andamos a envenenar a água e a torturar animais», diz Björn Kirchoff, de 41 anos, dono de



uma propriedade com 150 hectares e existente há mais de 600 anos, em Sauerland, uma região agrícola a sul de Dortmund. O corte no apoio ao combustível foi a gota de água — segundo Kirchoff, no seu caso, representava uma perda de 2500 euros anuais. O Governo pretendia ainda taxar os tractores, actualmente isentos de impostos, como camiões convencionais. O preço das máquinas agrícolas quase duplicou nos últimos dois anos. «Cortámos estradas, protestámos em frente ao Ministério da Agricultura, encerrámos a sede do [super-

mercado] Aldi, em Essen», refere, lembrando que já durante a pandemia conduziu o seu tractor, enfeitado com luzes, por todo o país, misturando as suas reivindicações com animação para os cidadãos confinados.”

A QUESTÃO VAI PARA ALÉM DA ALEMANHA

Esta mobilização da população dos campos, que começou em Dezembro na Alemanha, rapidamente se estendeu a toda a Europa. Desde os países da Europa de Leste, como a Polónia, a Hungria, a Eslováquia e a Roménia — cujos agricultores estão confrontados com a concorrência dos produtos agrícolas da Ucrânia, isentos de qualquer norma legal imposta pela UE e que atravessam estes países — até à França, Reino Unido, Países Baixos, Itália, Espanha e agora Portugal. No final de Janeiro, os agricultores franceses organizaram-se e bloquearam as principais estradas do país. O que é que estes agricultores querem? “Querem viver. Viver do seu trabalho. Esta exigência fundamental choca-se com as consequências dos tratados de comércio livre que este Governo e a União Euro-

peia continuam a apoiar e a fazer passar”, como diz o comunicado, de 28/1/2024, do Partido Operário Independente (POI) de França.

E como refere o mesmo comunicado: “Foi a força e a determinação dos agricultores — pressionando os dirigentes sindicais a decidir o bloqueio — que mudou a situação em menos de uma semana. Nesta batalha, os agricultores podem contar com os militantes e os deputados da França Insubmissa (LFI), que exigem, com razão, a fixação de preços mínimos, o fim dos acordos de comércio livre, o congelamento das margens de lucro dos distribuidores e a anulação da dívida agrícola.”

EM FRANÇA, AS CENTRAIS SINDICAIS ESTÃO COM A MOBILIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

Ao mesmo tempo, seguramente pressionadas pelas suas estruturas sectoriais e regionais, as duas principais Centrais sindicais (a Confederação Force Ouvrière e a CGT) tomam posição em favor do movimento dos agricultores. “Force Ouvrière dá todo o seu apoio à mobilização dos agricultores contra as políticas nacionais e europeias que criam as condições de uma concorrência desleal” (extracto do comunicado confederal de 25 de Janeiro). Pelo seu lado, “a CGT apela os seus militantes a ir encontrar as trabalhadoras e trabalhadores agrícolas, as agricultoras e agricultores. Os nossos diálogos devem permitir alargar a mobilização” (extracto do comunicado confederal de 25 de Janeiro). Nesta solidariedade activa ocorreu uma verdadeira interacção, permitindo ligar a mobilização dos agricultores — em defesa das suas reivindicações — com as lutas dos diferentes sectores da população contra a mesma política de Macron, do aumento da idade da reforma e de ataques aos direitos sociais.

Ficha de assinatura do Militante Socialista

Nome e apelido _____ NIF _____

Morada _____ Código Postal _____

Cidade _____ Distrito _____

País _____

Endereço de e-mail _____ Telefone _____

Data de subscrição ou renovação _____ Nº inicial _____ Nº final _____

Forma de entrega Por e-mail (pdf) Em mão Por carta

Forma de pagamento Em mão Depósito bancário

Depósito na conta da POUS na CGD: IBAN nº PT50003506970064308823079

Em mão 6 números (6 euros) Por carta 6 números (10 euros)

12 números (12 euros) 10 números (16 euros)

Por e-mail (pdf) 10 números (8 euros)

Enviar para: Redacção e Administração do Militante Socialista (por carta ou por e-mail)
R. Santo António da Glória, 52 B, c/v C, 1250 - 217 Lisboa ou por E-mail: pous4@sapo.pt

A MOBILIZAÇÃO DOS AGRICULTORES EM PORTUGAL

Integrando a onda de mobilização iniciada pelos agricultores alemães, estendendo-se aos outros países da Europa, milhares de agricultores portugueses – com os seus tractores e apoiados pelas associações que os representam – bloquearam em diversos pontos do país, de norte a sul, os principais acessos às cidades, exigindo serem recebidos pela ministra da Agricultura.

Como disse um dos membros de uma das associações dos agricultores: *“Os custos aumentaram com a inflação, houve a questão da guerra, o aprovisionamento dos cereais, os juros, factores que aumentaram os preços. Tudo isso levou a uma situação que, a nível europeu, explodiu, agora”*. Tendo acrescentado: *“O protesto dos agricultores alemães, a exigir o regresso das medidas de apoio ao gasóleo agrícola, gerou um «efeito de contágio»”*.

Por isso, para o Governo português era urgente pôr termo ao bloqueio desencadeado pelos agricultores para tentar evitar a



ligação com os outros sectores que – ao longo do ano de 2023 – se mobilizaram (da Educação, à Saúde, à Habitação, à Função Pública e à Segurança) pela satisfação das suas reivindicações, sem o conseguirem.

Só assim se compreendem os objectivos anunciados pela ministra da Agricultura, a 31 de Janeiro, por vídeo-conferência, de uma verba de cerca de 500 milhões de euros destinada aos agricultores.

Tratava-se, pois, de parar e desarmadilhar o movimento de fundo que trazia os agricultores à luta. As reuniões com a ministra, nos dias seguintes, vieram demonstrá-lo, como afirmou Pedro Santos, dirigente da CNA (Confederação Nacional dos Agricultores): *“O pacote dos 500 milhões de euros não é dinheiro real. Este ano, na melhor das hipóteses, os apoios podem chegar aos 150 milhões. E carecem da aprovação de Bruxelas”*.

NA MOBILIZAÇÃO DOS AGRICULTORES, EM PORTUGAL, COLOCAM-SE ALGUMAS QUESTÕES

Qual o papel assumido pelas Centrais sindicais no nosso país, em particular a CGTP, perante este movimento de revolta dos agricultores portugueses que integra a mesma revolta dos agricultores dos diferentes países da Europa, contra a política da PAC, ditada pelas instituições da União Europeia?

A mesma política que implica a redução de investimento na Saúde, na Educação, na Habitação e na Segurança Social, ao mesmo tempo que aumenta as verbas do OE destinadas ao armamento para a guerra? Será possível separar a luta em defesa dos agricultores, dos seus direitos e de uma verdadeira agricultura sustentável, da luta pelos direitos dos trabalhadores dos diferentes sectores? Por quê não fazer em Portugal, ao nível das Centrais sindicais, aquilo que foi feito em França? Quem ganha com esta política de divisão? ■

Aires Rodrigues

EM PORTUGAL COMO EM TODA A EUROPA, O MESMO CAMINHO

No momento em que os diferentes governos dos países da União Europeia se afirmam incapazes de responder às mais elementares reivindicações da população por proclamadas faltas de verbas, os dirigentes da Comissão Europeia rapidamente arranjam e despejam mais 50 mil milhões de euros dos contribuintes europeus nas mãos do Sr. Zelensky, para que não pare a guerra na Ucrânia.

É também o momento em que, fartos de esperar por apoios e amanhã que não chegam, os agricultores europeus e portugueses não aguentam mais e se organizam em marchas gigantescas para fazerem ouvir a sua voz diante de quem manda.

Em Portugal, como em toda a Europa, aquilo que os agricultores vêm enfrentando, nas últimas décadas, é uma luta, sem tréguas, pela sobrevivência das suas pequenas e médias explorações, pela sua própria sobrevivência e a do seu modo de vida.

Para sermos mais claros, é a luta contra a expropriação das suas terras pelas grandes corporações económicas e financeiras internacionais que, ávidas do lucro que elas podem dar, precisam de as arrasar, reduzindo à

pobreza os seus proprietários, para depois as adquirirem a baixos preços.

Ou, como aconteceu na Ucrânia, aliená-las, pura e simplesmente, como fez Zelensky, em 2019, abrindo o mercado das terras da Ucrânia ocidental às grandes corporações europeias e norte-americanas.

É a luta desigual contra uma chamada “reorganização” dos mercados de produtos agrícolas, à escala mundial, onde os dirigentes da UE baixaram as taxas de importação para a Europa dos produtos do Brasil e Argentina (Mercosul), importaram da Ucrânia produtos isentos de taxas, sem qualquer exigência de produções sustentáveis e garantias de controlos sanitários, tal como acontece com as importações provenientes do Norte de África.

Para os agricultores de Portugal e da UE o que está em cima da mesa é o garrote da PAC, que os obriga a uma concorrência cada vez mais desleal com as mega-explorações agrícolas das grandes corporações, concedendo-lhes subsídios para manter alguns à tona, sem que se possam revoltar, em troca de exigências inaceitáveis, em nome de uma

pseudo “transição verde”, que só os tem vindo a empobrecer.

Para os agricultores de Portugal e da UE o que está em cima da mesa é a política de riscar do mapa uma boa quantidade deles. E eles têm consciência disso!

Por isso se organizaram, eficazmente, da base ao topo, localidade a localidade, delimitando o trajecto da marcha, obrigando as suas organizações profissionais a segui-los com um mandato preciso. E souberam como fazê-lo.

Pegaram nos tractores, bloquearam as estradas. Cortaram o acesso às cidades e desafiaram os governos.

Para parar os tractores de avançarem sobre as cidades e bloquearem os países, em poucas horas, governos e ministros tiveram que recuar e arranjar milhões, que até aí não existiam.

Os agricultores mostraram aos trabalhadores dos outros sectores em luta como se pode começar a fazer para bloquear um país, quando está em causa a defesa das suas reivindicações.

Maria João Gomes

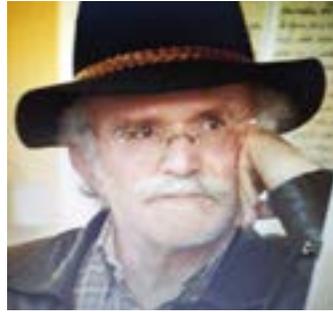
Nesta página demos a palavra a dois camaradas que vivenciaram o 25 de Abril e se pronunciam sobre o momento político actual.

Comentário sobre a situação política

As forças políticas de direita em Portugal estão desesperadas. Têm mobilizado todas as suas capacidades para o assalto ao poder político, que lhes escapa há mais de oito anos, vendo escarpar-se também o bolo do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), que nas suas mãos seria um regabofe. Mas a mediocridade dos seus políticos, bem como a falta de propostas políticas com um mínimo de credibilidade, têm frustrado os seus intentos. Nem com o apoio massivo da Comunicação social, controlada pela direita, nem com

o apoio descarado do Presidente da República e das instituições judiciárias, têm conseguido levantar a cabeça.

A extrema-direita, apoiada por seitas religiosas e por forças fascistas/terroristas, e financiada por grandes capitalistas e por tenebrosas instituições estrangeiras, sobretudo dos EUA, está no terreno aproveitando-se das políticas titubeantes da social-democracia que tem estado no poder, como é caso da ausência de medidas para resolver a situação das Forças de segurança, dos professores, do Serviço Nacional de Saúde e dos salários/pensões.



Seria de esperar uma resposta da esquerda, para as importantes eleições legislativas que se aproximam, uma grande mobilização dos trabalhadores do público e do privado, de todos os sectores laborais, assim como dos traba-

lhadores intelectuais e dos artistas, para repudiarem as forças de direita, que só iriam agravar a sua situação social, e trabalharem para um entendimento, depois das eleições, para resolverem de imediato os problemas mais graves e acertarem uma plataforma que dê solução às questões essenciais dos vários sectores laborais e que reformule as políticas económicas, sociais e culturais, bem como da saúde, da educação, da justiça e das desigualdades. Os trabalhadores e o país ficariam certamente muito gratos. ■

Jaime Fernandes

Crise da democracia ou crise de regime?

A crise política e moral que atravessa o país, desde o Estado central às Regiões Autónomas, mostra o lado negro e o desmoronamento da democracia parlamentar em Portugal. O problema não é só português: é global. Como é global a situação do mercado contemporâneo, no seio do qual os conflitos entre as grandes potências – EUA, Rússia e China – se agudizam, como reflexo do estágio actual do capitalismo e do imperialismo internacional. Desde o fim da Guerra de 1914-1918 não se tinha observado uma crise tão generalizada das democracias ocidentais e Portugal não é excepção. Depois do 25 de Abril, os sucessivos governos, sobretudo desde a crise de 2007, mostram as suas alianças com o capitalismo internacional, submetendo-se aos desígnios políticos concertados nos fóruns das grandes potências. O Presidente da República portuguesa exorbita das suas competências constitucionais, brincando com o desmancho de governos, sem respeitar as regras do funcionamento

das instituições, contrariando o voto que o povo lhe deu. A quem obedeceu Marcelo Rebelo de Sousa para depor o Parlamento português e, assim, fomentar a crise da democracia em que assenta o seu poder?

A Guerra da Ucrânia e da invasão da Palestina – a última para responder a um grupo político palestino que Israel financiara uns anos antes –, são acontecimentos marcantes da crise internacional. O governo do PS tornou-se refém dos interesses norte-americanos na Ucrânia e do genocídio na Palestina, incapaz de resolver – de forma popular e inequívoca – a crise social dos trabalhadores, dados os parcos recursos salariais para sobreviver, enquanto o custo de vida aumenta. O cenário do aluguer de habitação, pelas camadas mais jovens, a agressão movida ao SNS pelos interesses privados, a secundarização da Educação, das políticas ambientais e da Cultura são outros tantos sinais da crise do regime em Portugal.

A guerra é uma das piores faces da crise e, embora tenha unido os povos do mundo contra os



senhores da violência, é uma ameaça agravada, com evidentes conotações com o colapso da democracia na década de 30 do século XX, altura em que se criou a psicologia de massas do fascismo instigadora da barbárie militar e social movida pelo choque dos interesses imperialistas mundiais. A crise da democracia portuguesa é preocupante tanto para o povo português como para todos os povos que desejam a paz e pretendem travar, à escala internacional, os movimentos de ultradireita e de ideologia fascista. É inquietante porque revela a natureza e as formas antidemocráticas de partidos antissistema representativo, que pretendem promover as condições de regresso a uma ditadura que sirva o capital financeiro. Esses partidos

são financiados por grandes grupos económicos portugueses apoiando-se em indivíduos ainda ligados ao salazarismo ou à contrarrevolução de 1975. Outros, a pretexto de representarem os princípios liberais da nova direita internacional, pretendem travar as conquistas democráticas e sociais alcançadas pelo país desde o 25 de Abril de 1974.

O que fazer para travar a actual crise das democracias? A palavra de ordem que esteve no centro da luta dos trabalhadores desde o século XIX e que constituiu a base da organização do povo contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo internacionais mostra-se hoje mais presente do que nunca: “A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”. Esta é a via que interessa aos povos de todo o mundo e lhes determina – sem utopias – como é que se devem organizar e conquistar a paz e as condições de existência, de saúde, de habitação, de educação, ambiente e cultura, em condições de liberdade e igualdade. ■

Jorge Custódio

De que se alimenta o Chega?

Quando as condições de vida das diferentes camadas da população se agravam – governo após governo – e o movimento sindical se torna também incapaz de impor uma viragem consequente, aparecem sempre outros que usam esse descontentamento para abrir a porta à Guerra, seja ela militar ou seja a de espezinhar os mais fracos.

OS ANTECESSORES E CONTEMPORÂNEOS DO CHEGA

O aparecimento de forças políticas organizadas da extrema-direita não é um fenómeno recente. No período entre a Primeira e Segunda guerras mundiais (décadas de 1920 e 1930), elas tiveram um desenvolvimento fulgurante, nomeadamente em vários países da Europa (Itália, Alemanha, Espanha, França, ...). Tal tendência culminou com a ascensão ao poder dos partidos liderados por Mussolini, por Hitler e por Franco. E já nessa altura se colocava – em particular no seio das organizações do movimento operário – o problema da forma mais eficaz de combater essas forças da extrema-direita e, nomeadamente, a ilegalização dos seus grupos paramilitares. Hoje, embora numa correlação de forças diferente da dessa época, vemos de novo forças “nacionalistas” e pró-fascistas levantar a garimpa, em vários países do mundo. Não só na Europa, onde até estão à frente de governos (como é o caso da Itália, da Holanda, da Hungria ou da Polónia), mas também no continente americano, desde os EUA, ao Brasil e à Argentina. Todas estas forças políticas defendem a guerra e o massacre do povo palestino pelo



Exército israelita, subordinando-se à NATO. O Chega faz parte dessa subida geral (note-se que, na Assembleia da República, tem sido um fervoroso apoiante de Zelensky!). Com esta Nota pretendemos mostrar o que está na base dessa subida.

A QUESTÃO DA ILEGALIZAÇÃO DO CHEGA

Após as eleições para a Presidência da República, de Janeiro de 2021, a socialista Ana Gomes – ex-candidata a esse cargo – alegando que o Chega é um partido racista, o que é proibido pela Constituição da República, apresentou à Procuradoria-Geral da República (PGR) uma exposição pedindo a sua ilegalização. No programa “Em Nome da Lei”, emitido pela Rádio Renascença em 21 de Fevereiro de 2021, Paulo Otero (Professor catedrático de Direito constitucional, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) argumentou que “*não é pelo facto de um partido defender ideias contrárias à Constituição que pode ser ilegalizado. Se assim fosse, o Partido Popular Monárquico (PPM) nunca poderia ter sido aceite pelo Tribunal Constitucional, porque defende a instauração de uma Monarquia, objectivo que atenta contra o artigo primeiro da Constituição da República, que diz que Portugal é uma República soberana.*” E, respondendo à pergunta:

“*Então, como se pode proteger a democracia dos que atacam os seus valores?*”, Paulo Otero disse que “*o Chega não é um fenómeno ideológico. Vive do eleitorado descontente com os partidos do sistema*”. Por isso, “*a questão só se resolve quando os partidos tradicionais forem capazes de dar resposta aos problemas das pessoas*”.

Por fim, considerou que a ilegalização do Chega pelo Tribunal Constitucional seria um “*erro histórico*”.

O que mostra que, mesmo do ponto de vista da democracia burguesa e dos seus arautos, a ilegalização do Chega não gera consenso.

COMO COMBATER O CHEGA HOJE?

No passado dia 18 de Janeiro, um conjunto de 23 colectivos reuniu-se “*para pensar em conjunto em acções com vista ao combate ao racismo, até ao dia 10 de Março, data em que Portugal vai a eleições*” (citação do Apelo aprovado). Esse Apelo, intitulado “*Vota Contra o Racismo*”, recebeu (em menos de uma semana) 8271 subscrições individuais e 213 de colectivos e anuncia que, no dia 24 de Fevereiro, está convocada em Lisboa uma manifestação nacional, precedida de um “*Arraial Multicultural*”, já realizado a 3 de Fevereiro. À imagem da sessão de debates organizada em Paris, no passado dia 10 de Fevereiro,

reio, pelas federações sindicais parisienses da CGT, FO, FSU, Solidaires e CNT, sob o lema “*Façamos recuar a Extrema-direita na rua e nas cabeças*”.

Como é dito no semanário do Partido Operário Independente, nº 794, de 8 de Fevereiro: “*Não é “nas cabeças” que a questão se deve colocar, mas sim nas razões políticas que levaram os diferentes governos de Macron a instrumentalizar a Extrema-direita, de duas formas: 1) Retomando e alimentando as suas temáticas, como está bem expresso na Lei sobre imigração; 2) Utilizando esse perigo como espantalho para justificar a sua manutenção no poder e a continuação da sua política reaccionária de destruição de tudo o que constitui uma sociedade democrática, social, igualitária e laica.*”

É totalmente justificado querer combater a Extrema-direita. Mas, como se pode fazer disso um debate ideológico? Além disso, no Apelo para a manifestação de 24 de Fevereiro não está indicado que a causa principal do avanço da Extrema-direita (Chega) no nosso país está, exactamente, na política posta em prática pelos sucessivos governos (nomeadamente pelos liderados pelo PS) e daquelas forças políticas que a viabilizaram. Portanto, não bastará “votar contra o racismo”, no próximo acto eleitoral, para “fazer recuar a Extrema-direita”!

Joaquim Pagarete

Os limites do direito internacional: a prova é a UNRWA

A Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (*United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East - UNRWA*) para os Refugiados Palestinos no Próximo Oriente foi criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a 8 de Dezembro de 1949, um ano após a adopção da Resolução 194, que consagrou – no Direito internacional – o direito ao retorno dos refugiados palestinos.

Estes refugiados são os 800.000 Palestinos expulsos das suas casas, em 1948, pelas milícias sionistas e foram confinados em campos em Gaza, na Cisjordânia, no Líbano, na Jordânia e na Síria. O objectivo era fazer a “comunidade internacional” tomar a seu cargo os refugiados e não apenas os Estados árabes obrigados a acolhê-los. A Agência tem acompanhado, desde há 75 anos, os refugiados que vivem nestes campos, nomeadamente em termos de escolaridade e saúde. Ela tem cerca de 30.000 agentes, a maioria dos quais Palestinos. O Estado israelita, que há anos exerce pressões para liquidar a



Equipa de futebol feminino da Irlanda: “Não à guerra na Palestina”.

UNRWA, acaba de declarar que 12 dos seus membros participaram na operação do Hamas de 7 de Outubro.

Qual o motivo desta descoberta? São sobretudo os testemunhos e factos recolhidos pela UNRWA que permitiram aos juizes do TIJ (Tribunal Internacional de Justiça) basearem a sua acusação. De imediato, a UNRWA indicou que estava a iniciar um inquérito interno e que iria aplicar sanções, se necessário. Vários países doadores, incluindo os EUA e a Alemanha, decidiram imediatamente acabar com o seu financiamento da Agência, enquanto a França decidiu “suspender”. A Noruega e a Irlanda confirmaram que não iriam seguir os países acima citados. “A situação

da população de Gaza é catastrófica e a UNRWA é a mais importante organização humanitária”, disse o ministro dos Negócios Estrangeiros norueguês, acrescentando que o seu país apoia o inquérito da Agência.

Philippe Lazzarini, Director da UNRWA, qualificou de “chocante” a decisão de cortar o financiamento, uma vez que os *“Palestinos em Gaza não precisam deste castigo colectivo adicional”*. Desde 7 de Outubro, data da operação do Hamas, o Exército israelita matou, de forma deliberada e selectiva, 154 membros da UNRWA... Isto é muito mais do que os 12 alegados membros do Hamas. Em nenhum momento, os Estados que estão agora a apressar-se

para parar ou suspender as suas doações não fizeram o mais pequeno protesto após estes assassinios. 253 outros membros ficaram feridos, 141 instalações foram danificadas ou destruídas, incluindo uma grande parte das 183 escolas geridas pela Agência... E não houve nenhum protesto! Actualmente, existem (em 25 de janeiro) 4 Centros de saúde da UNRWA em funcionamento, dos 22 existentes antes de 7 de Outubro.

Para Jeremy Corbyn, antigo líder do Partido Trabalhista britânico, a suspensão do financiamento da UNRWA pelo Reino Unido é um castigo colectivo: *“O nosso Governo deveria envergonhar-se da sua depravação moral para com os Palestinos que estão a morrer de fome”*.

Francesca Albanese, advogada e relatora especial das Nações Unidas, descreve os países que suspenderam o seu financiamento à UNRWA como *“totalmente irresponsáveis e imorais”*.

Liquidar a UNRWA, um organismo criado ao abrigo do “Direito internacional”, significa participar no genocídio e na limpeza étnica em curso na Faixa de Gaza. ■

O Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) de Haia pronunciou o seu veredito

O TIJ confirmou que a acusação feita pela África do Sul – ao abrigo da Convenção internacional sobre o Genocídio – que “Israel cometeu, está a cometer e é suscetível de continuar a cometer actos genocidas contra o povo palestino em Gaza”, era “plausível”. O Tribunal também decidiu que Israel deve “tomar todas as me-

das” para evitar actos de genocídio em Gaza. Nós sabemos qual a reacção de Netanyahu, imediatamente confirmada pelos dirigentes norte-americanos, com a cumplicidade dos que reconhecem *“o direito de Israel a defender-se”*.

Awad Abdelfattah, coordenador da Campanha por um Estado Democrático Único na Palestina Histórica (ODSC) afirmou que

os Palestinos estão *“todos à espera de uma decisão do Tribunal Internacional de Justiça para um cessar-fogo imediato e o fim da guerra genocida sionista, o fim do extermínio de crianças e mulheres”*. No entanto, ele considera que *“as medidas provisórias que o TIJ tomou incluem uma cessação prática da guerra, como afirmam os juristas” e que se trata, “sem dúvida, de uma decisão histórica, tendo Israel sido responsabilizado pela*

primeira vez na sua história”. Awad Abdelfattah continuou: *“Esta decisão é um passo importante na via da rejeição desta entidade agressiva, reduzindo (...) a sua capacidade de matar (...). A batalha pela libertação do nosso povo faz agora parte da batalha pela libertação do mundo e pela justiça universal. A batalha contra uma escandalosa ordem mundial liderada pelo império do mal norte-americano (...)”*. ■

Romper, com carácter de urgência, as relações políticas e diplomáticas com o Estado genocida de Israel

Alguns governos abriram este caminho. O governo da Bolívia não hesitou em fazê-lo, seguindo-lhe os passos o governo da Irlanda. O governo da África do Sul foi mais longe e apresentou queixa fundamentada ao Tribunal Internacional de Justiça – contra o genocídio do povo da Palestina – que a validou. O Secretário-geral da ONU, António Guterres, não se cansa de fazer apelos ao fim do massacre.

Mas, a esmagadora maioria dos governos, nomeadamente o norte-americano e o inglês, tal como a União Europeia – tão solícita em alimentar a guerra na Ucrânia, em vez da Paz – não fazem nada para que seja posto fim ao banho de sangue

na Palestina. Pelo contrário, enviam armas para apoiar o genocídio, ou fazem vista grossa a esse envio.

Enchem a boca com o Direito Internacional, alguns emitem lamentos, e são capazes de dizer ser algo de impressionante o que está a acontecer, a cada hora, a mais de um milhão de pessoas encurraladas no Sul da Gaza, debaixo de bombardeamentos e/ou de assaltos com carros de combate das tropas de Israel.

São capazes de ter na boca as palavras “Direito Internacional”. Mas que posição têm em relação ao Governo genocida? O que espera o Governo português para o fazer?

Estes governos “democratas e humanistas” recusam respei-

tar a vontade de milhões de homens e mulheres que se mobilizam nos seus países. Só o levantamento geral dos povos, país a país, sector a sector, lhes poderá impor uma acção nesse sentido.

Estas mobilizações não caem do céu. Elas são o resultado de múltiplos apelos, de milhares de organizações, de múltiplas iniciativas, umas mais visíveis do que outras, de interacções e laços entre trabalhadores, para construir uma onda gigante que faça tremer os governos. País a país.

Também isso é feito em Portugal, onde tem havido centenas de manifestações, ao apelo de alguns sindicatos, da CGTP, do CPPC e de movimentos de defesa da Palestina. Acções onde



Uma cratera aberta, após um bombardeamento israelita, no coração do campo de refugiados de Rafah, a 12 de Fevereiro.

marcam presença, lado a lado, Palestinianos e Judeus, com faixas e bandeiras ligadas. Iniciativas onde de que fazem parte tomadas de posição, como por exemplo dos trabalhadores da Saúde, de grupos de artistas e de trabalhadores do Ensino.

A ilustrar estas informações publicamos uma carta, que começou por ser assinada por todos os professores e assistentes operacionais da Escola básica Dionísio Matias / Paço de Arcos – sem excepção –, e que está a fazer caminho noutras escolas. ■

Educação para a construção da paz

Vemos ouvimos e lemos, não podemos ignorar!
O dia 24 de Janeiro foi celebrado como o Dia mundial da Educação.

Neste mesmo dia, a Agência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina (UNRWA) divulgou em comunicado que, desde o dia em que que foi iniciado o massacre do povo da Palestina, mais de 625 mil estudantes e 22.564 professores estão impedidos de aprender e ensinar, pois três em cada quatro escolas foram bombardeadas. 4.551 estudantes integram o número de mortos em Gaza, os quais são mais de 28 mil, entre os quais se contam 11 mil crianças.

A UNESCO celebrou este 24 de Janeiro referindo o papel crucial da Educação, desempenhado pelos professores e educadores

na formação dos seus alunos contra a xenofobia e o racismo, na educação para a paz.

No contexto trágico da situação na Palestina – com um processo de genocídio da sua população, reconhecido pelo Tribunal Internacional de Justiça, de Haia, ao validar a queixa apresentada pelo governo da África do Sul, os professores e restantes trabalhadores do Ensino, empenhados no processo de formação dos seus alunos, como seres livres, construtores da paz, tomam a seguinte posição:

- Juntamos a nossa voz à dos milhões de pessoas que, por toda a parte, se manifestam para exigir o fim do massacre da população da Palestina, entre as quais estão milhares de crianças. Uma população encurralada, faminta, ferida e ou doente,

com os hospitais arrasados e muitos médicos mortos.

- Saudamos as organizações sindicais e as suas direcções, que têm apelado às mobilizações no nosso país.

- Apoiamos as posições do Secretário-geral da ONU, António Guterres, que, de forma incansável, tem apelado ao fim do massacre e libertação dos reféns. Acção a que agora junta os apelos para que os governos mantenham o financiamento das agências humanitárias desta instituição, das quais depende a sobrevivência do povo palestiniano.

- Dirigimo-nos ao Governo português para que mantenha este financiamento, recusando subordinar-se à política dos Estados Unidos da América que, no apoio completo ao Estado e governo de Israel, suspendeu o financiamento, em conjunto

com outros governos.

- Consideramos que o Governo português deve, recusando-se na prática a ser cúmplice do genocídio, aliar-se aos que já o fizeram, como é o caso dos governos da Irlanda ou da Bolívia, que romperam relações diplomáticas com o governo de Israel. ■

Os signatários: Maria Helena Braz, Carla Figueira, Teresa Nunes, Sofia Cimbron (Música), Cláudia Campos, António Santos (Informática), Catarina Cunha, Susana Vanessa Costa, Rita Simões (Ed. Especial) – professores da EB1 Dionísio dos Santos Matias; Flora Antunes, Teresa Perlouro, Andrea Aliberti, Consuelo Cunha – assistentes operacionais da EB1 Dionísio dos Santos Matias

Apelo mundial de parlamentares pelo cessar-fogo imediato em Gaza

Juntamo-nos para apelar a um cessar-fogo imediato e multilateral em Israel e na Palestina, à libertação de todos os restantes reféns israelitas e internacionais e à facilitação da entrada de ajuda humanitária em Gaza. Exortamos ainda os nossos respectivos governos e a comunidade internacional a respeitarem o Direito internacional e a procurarem responsabilizar-se pelas graves violações dos direitos humanos. Este Apelo já tinha (a 12 de

Janeiro) a assinatura de 452 parlamentares de todo o mundo (32 países), assim distribuídos: Alemanha 20; Austrália 1; Bélgica 25; Bósnia 1; Brasil 19; Canadá 25; Chile 31; Colômbia 24; Chipre 16; Dinamarca 10; Egipto 3; Eslovénia 1; Espanha 12; EUA 13; Finlândia 9; França 85; Gana 1; Grécia 1; Irlanda 17; Itália 39; Islândia 2; Quênia 8; Luxemburgo 1; México 1; Noruega 24; Países Baixos 2; Portugal 8*; Reino Unido 40; Serra Leoa 1; Suécia 8; Suíça 3; Turquia 62. ■



Sevim Dagdelen, ex-Die Linke (agora BSW, a Aliança de Sahra Wagenknecht – Alemanha) e Ilhan Omar (Partido Democrata, EUA) iniciadoras do Apelo

*Do Grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República (que acabou de ser dissolvida) há 2 deputados (em 6) que assinaram o Apelo. Além disso, também assina o Apelo um dos 2 deputados do PCP no Parlamento Europeu. Por outro lado, assinaram o Apelo

aos 5 ex-deputados do Grupo parlamentar do BE na Assembleia da República (e, em particular o seu líder).

A fase actual de assinaturas no Apelo pode ser vista em <https://parliamentariansforceasefire.org/>

ALEMANHA

Primeiro Congresso da Aliança Sahra Wagenknecht

No dia 27 de Janeiro, os primeiros 400 membros e convidados reuniram-se em Berlim para o Congresso do partido de Sahra Wagenknecht, o Bündnis Sahra Wagenknecht (BSW), ou seja, a Aliança Sahra Wagenknecht que foi fundada a 8 de Janeiro. Esta fundação surge numa situação de crise do capitalismo, do seu sistema político e da ameaça de uma nova guerra mundial. A recessão económica acelerou, o sistema partidário entrou em colapso e a insatisfação geral da população é enorme. Se a BSW não cometer nenhum erro fundamental, continuará a fazer avançar a viragem da paisagem política. A formação de um novo Partido de massas, com conteúdo de esquerda, pode ter sucesso e seria um passo em frente. Este conteúdo de esquerda pode ser destacado em cinco pontos: pelo restabelecimento do Estado social; os serviços de interesse geral devem ser confiados ao sector público; uma

paz negociada, na Ucrânia; por uma política social em matéria energética e ambiental; e pela defesa da liberdade, que está ameaçada.

Oskar Lafontaine apelou ao fim da guerra e do genocídio em Gaza. A Alemanha tem uma responsabilidade perante os Judeus, em virtude dos crimes cometidos durante a era nazi; mas também tem responsabilidade para com os Palestinos, que também foram privados dos seus direitos com a criação do Estado de Israel. Sem a Shoah (o Holocausto) não existiria o Estado de Israel.

No que respeita à função social do BSW, a presidente do partido (Sahra Wagenknecht) sublinhou o carácter de oposição do BSW, que “quer enfrentar os poderosos para lutar contra a influência das grandes empresas; para fazer isso, é preciso apertar-lhes os parafusos”. Os cuidados de saúde e as empresas do sector da energia devem ser colocadas sob controlo, exige o Manifes-

to eleitoral europeu do BSW, adoptado no Congresso do partido. Os hospitais devem ser geridos por entidades públicas e o sector da energia, pelo menos no respeitante às redes eléctricas, deve ser nacionalizado. O ponto alto do Congresso do partido foi o confronto com a AfD (Alternative für Deutschland) e a coligação tricolor (SPD, Verdes e Liberais). Wagenknecht exigiu que o Governo tricolor desaparecesse. Esse Governo tricolor é responsável por políticas que ignoram a população trabalhadora, que trabalha no duro. “Este Governo tricolor não fala da pobreza que está a alastrar e pela qual ele é responsável; é por isso que é preciso protestar em massa contra o Governo. Mas também contra Friedrich Merz, da CDU.” É a política do Governo tricolor que é responsável pelo sucesso da AfD, que é um partido neoliberal de direita. Para enfraquecer a AfD, Wagenknecht apelou “as pessoas a saírem massivamente para as ruas, por

melhorias sociais, por novas eleições e, claro, pelo fim das sanções contra a Rússia, pela diplomacia em vez da guerra, contra o envio de armas e por um cessar-fogo imediato.” Uma mudança de política enfraquecerá a AfD.

Os socialistas devem ser claros: é absolutamente necessária a emergência de um Partido que se apoie nos grandes sectores da população (operários, artesãos e camponeses), que se empenhe na paz, que implemente um Estado social a funcionar de facto. Os socialistas devem apoiar este processo e acompanhá-lo, de forma crítica e solidária.

A implementação de uma política social-democrata de reconstrução do Estado social seria um enorme avanço em relação à situação actual. Mas a implementação de uma tal política choca-se com os limites do Sistema capitalista. ■

Por Harri Grünberg, participante no Congresso de fundação da Aliança Sahra Wagenknecht